

reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora. **2.7.1. Participação em consórcio:** A controladora mantém participação em consórcio, na qual os empreendedores mantêm acordo contratual que estabelece o controle conjunto de várias atividades da Companhia. A controladora combina sua participação nos ativos, passivos, receitas e despesas do consórcio, linha por linha, nas suas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras do consórcio são preparadas para o mesmo período de divulgação da Controladora. **2.8. Intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. **2.9. Imobilizado:** Os itens que compõem o grupo de imobilizado são apresentados ao custo de aquisição, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. Equipamentos são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios de reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. O método de depreciação linear é aplicado a todos os itens que compõem o grupo de imobilizado. A despesa de depreciação é registrada contra o resultado do exercício de acordo com sua estimativa de vida útil. A depreciação dos itens inicia-se a partir do momento que os ativos estão instalados e prontos para uso. As vidas úteis das principais classes de ativo imobilizado estão descritas abaixo:

Classe Imobilizado	Taxa Média
Máquinas e Equipamentos de Produção	20%
Máquinas e Equipamentos de Apoio	16%
Veículo	33%
Aeronave	12,5%
Móveis e Utensílios (Central)	10%
Móveis e Utensílios (Obra)	20%
Benefeitoria em Imóveis de Terceiros	3%
Hardware	20%
Software	33%

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.10. Impostos: i. Imposto de renda e contribuição social – correntes: Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de impostos e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável. Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabeleça provisões quando apropriado. **ii. Impostos diferidos:** Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. **iii. Imposto sobre vendas:** Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto: • quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e • quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas. • o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. **2.11. Custos com empréstimos:** Os custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser colocado em uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo caso seja relevante. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. **2.12. Arrendamentos mercantis:** A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução. Arrendamentos mercantis financeiros que transferem à Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantis financeiros de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado. Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor. Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil. **2.13. Reconhecimento de receita:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita: **i. Prestação de serviços:** A receita é reconhecida com base na medição dos serviços prestados e locações incorridas até uma data-corte (período de medição). **ii. Receita de juros:** Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica Resultado Financeiro Líquido, na demonstração do resultado. **2.14. Conversão em moeda estrangeira:** As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora. Cada controlada determina sua própria moeda funcional, e naquelas cujas moedas funcionais são diferentes do real, as demonstrações financeiras são traduzidas para o real na data do fechamento. **i. Transações e saldos:** As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado. **ii. Controlada no exterior:** Os ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para Reais pela taxa de câmbio

da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio média do mês. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido. **2.15. Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente: i. Ativos financeiros:** Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ou ativos financeiros disponíveis para venda, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Vendas e compras de ativos financeiros que requerem a entrega de bens dentro de um cronograma estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (compras regulares) são reconhecidas na data da operação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o bem. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber, instrumentos financeiros cotados e não cotados. **ii. Passivos financeiros:** Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. **2.16. Demonstração dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitidos pelo CPC. **2.17. Informações por segmento:** Em função da concentração de suas atividades no desenvolvimento e prestação de serviços de engenharia, a Companhia está organizada em uma única unidade de negócio. Os serviços prestados pela Companhia, embora sejam destinados a diversos segmentos de negócios da economia não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada. **3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requerem um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir: *i) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.* Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Empresa ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. *ii) Impostos.* Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados Reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia e suas controladas constituem provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia e suas controladas. *iii) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.* A Companhia e suas controladas reconhecem provisão para causas tributáveis, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Caixa	192	102	237	251
Bancos conta Movimento:				
Bancos Nacionais	2.089	8.781	4.642	8.781
Bancos Internacionais	–	–	1.636	16.033
Aplicações Financeiras	24.075	41.484	24.075	41.484
Conta Poupança	60	–	60	–
	<u>26.416</u>	<u>50.367</u>	<u>30.650</u>	<u>66.549</u>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins. As aplicações financeiras são lastreadas em debêntures e são remuneradas diariamente com a rentabilidade média de 100% do CDI (Certificados de depósitos interbancários).

5. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Clientes Nacionais	28.118	44.004	30.801	47.525
Clientes Internacionais	60	–	6.643	–
Medições à Faturar	49.440	49.530	67.068	81.383
	<u>77.618</u>	<u>93.534</u>	<u>104.512</u>	<u>128.908</u>

Em 31 de dezembro de 2012, o vencimento de saldos de contas a receber de clientes faturados é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
A Vencer	28.119	43.939	37.384	47.460
Vencidos:				
Até 30 dias	–	–	–	–
Entre 31-60 dias	44	–	44	–
Entre 61-90 dias	15	15	15	15
Acima de 91 dias	–	50	–	50
	<u>28.178</u>	<u>44.004</u>	<u>37.444</u>	<u>47.525</u>

6. Valores a receber sobre venda de ativos: Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possui recebíveis no montante de R\$1.639 (R\$3.249 em 2011) referente a venda de ativo imobilizado. Deste montante, R\$1.183 (R\$1.617 em 2011) tem vencimento até 2016 sendo atualizado conforme TJLP, acrescida da taxa de juros negociada de 4,5% a.a. A administração não tem expectativa de perdas decorrentes da não realização destes recebíveis.

7. Estoque

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Almoxarifado	10.405	11.778	27.240	18.088

	Patrimônio Líquido		Resultado do Exercício		Investimentos		Equivalência Patrimonial	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Leveyequip Equipamentos Ltda	6.034	15.090	28.684	45.016	6.034	15.090	28.684	45.016
U&M Equipments, Inc	9.669	31.397	22	(47)	9.669	31.397	22	(47)
U&M Mining Zambia Limited	(8.344)	(34.989)	30.969	(9.043)	–	–	30.969	(9.043)
	<u>7.359</u>	<u>11.498</u>	<u>59.675</u>	<u>35.926</u>	<u>15.703</u>	<u>46.487</u>	<u>59.675</u>	<u>35.926</u>

O estoque de almoxarifado é composto principalmente de pneus, correlatos e peças, para manutenção de máquinas e equipamentos que serão utilizados nas obras.

8. Adiantamento a fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Nacionais	47	260	47	260
Internacionais	1.647	2.121	7.442	10.214
	<u>1.694</u>	<u>2.381</u>	<u>7.489</u>	<u>10.474</u>

Esse saldo em aberto corresponde em sua maioria a compra de produtos e ativos, tanto nacionais como estrangeiros, através de processo de importação.

9. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
IRRF	1.211	715	1.228	715
INSS	1.037	818	1.037	818
PIS	1.129	–	1.129	–
COFINS	5.123	344	5.123	344
CSLL	43	–	43	–
VAT - Zâmbia	–	–	679	707
Outros	44	177	44	186
	<u>8.587</u>	<u>2.054</u>	<u>9.283</u>	<u>2.770</u>
Circulante	4.347	2.054	5.043	2.770
Não Circulante	4.240	–	4.240	–

10. Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, foram computados de acordo com as alíquotas vigentes. O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias, depreciação contábil x fiscal, leasing (RTT), variação cambial e prejuízo fiscal acumulado e base negativa da contribuição social: **10.1 - Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social**

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Lucro Líquido do Exercício	55.192	40.304	55.192	40.304
IRPJ e CSLL	2.727	(2.301)	(1.268)	(8.163)
Lucro Antes do IRPJ e da CSLL	52.465	42.605	56.460	48.467
Alíquota Fiscal do Imposto	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL, Valor Nominal	(17.838)	(14.486)	(19.196)	(16.479)
Adições - Permanentes	(1.447)	(736)	(1.447)	(736)
Exclusões - Permanentes	–	4.176	–	4.176
Equivalência Patrimonial	20.290	12.214	–	–
Juros sobre Capital Próprio	–	2.710	–	2.710
Ajuste de RTT	1.675	(3.556)	1.675	(3.556)
Ajustes de IRC/CS não recorrentes	–	(113)	–	(113)
Baixa de Prejuízo Fiscal - Refis (11.941)	–	(4.058)	–	(4.058)
IR e CS sobre saldo de Prejuízo Fiscal	47	1.548	47	1.548
Ajustes decorrentes de Divergência de base tributária	–	–	17.653	8.345
IRPJ e CSLL Efetivos	2.727	(2.301)	(1.268)	(8.163)
IRPJ e CSLL no resultado do exercício	–	–	(3.995)	(5.862)
IRPJ e CSLL diferidos no resultado do exercício	2.727	(2.301)	2.727	(2.301)

Imposto de renda e Contribuição social no Resultado **2.727 (2.301) (1.268) (8.163)**

A empresa Controlada Leveyequip Equipamentos Ltda, optante pelo regime de tributação do "lucro presumido", foi tributada nos exercícios de 2012 em R\$3.995 e 2011 R\$5.862, a alíquota efetiva de 10,90% e 10,86% para os exercícios de 2012 e 2011 respectivamente. A empresa U&M Zâmbia e U&M Equipments não apuraram lucro tributável nos exercícios de 2012 e 2011.

10.2 - Impostos diferidos : A composição do imposto de renda e contribuição social diferidos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Base Diferido Ativo	33.223	22.931	33.223	22.931
Saldo Prejuízo Fiscal	1.008	2.453	1.008	2.453
Processos Trabalhistas a Pagar	5.820	4.539	5.820	4.539
Processos Tributários a Pagar	5	56	5	56
Processos Cíveis a Pagar	–	–	–	–
Outras Diferenças Temporárias	–	3	–	3
Depreciação Contábil x Fiscal	23.684	–	23.684	–
Variação Cambial	7.778	–	7.778	–
Total	71.518	29.982	71.518	29.982
Imposto de Renda	17.880	7.495	17.880	7.495
Contribuição Social	6.435	2.698	6.435	2.698
IRPJ e CSLL Diferido Ativo	24.315	10.193	24.315	10.193

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Base Diferido Passivo	(80.499)	(54.697)	(80.499)	(54.697)
Ajuste Lei 11.638 - Leasing	(7.716)	–	(7.716)	–
Variação Cambial	(88.215)	(54.697)	(88.215)	(54.697)
Total	(22.054)	(13.674)	(22.054)	(13.674)
Imposto de Renda	(7.938)	(4.922)	(7.938)	(4.922)
Contribuição Social	(29.992)	(18.596)	(29.992)	(18.596)
IRPJ e CSLL Diferido Passivo	(5.677)	(8.403)	(5.677)	(8.403)

A Companhia registrou os tributos e contribuições sociais diferidos, sobre as diferenças temporárias, ajustes do RTT e saldo de prejuízo fiscal cujos efeitos financeiros ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem as bases de cálculos. **11. Partes relacionadas:** Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os saldos das transações com partes relacionadas podem ser assim demonstrados:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Ativo	–	4.160	–	–
U&M Equipments, Inc	71.872	64.097	–	–
U&M Mining Zambia Limited	(8.345)	(34.989)	–	–
Passivo a descoberto	63.527	33.268	–	–

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Passivo	811	–	–	–
Leveyequip Equipamentos Ltda	811	–	–	–

Os saldos em aberto no encerramento do exercício não têm garantias, não estão sujeitos a juros e serão liquidados em dinheiro. Não houve garantias prestadas ou recebidas em relação a quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia e suas controladas não contabilizaram qualquer perda por redução ao valor recuperável das contas a receber relacionadas com os valores devidos por partes relacionadas. **Remuneração do pessoal-chave da administração:** Os montantes referentes a remuneração direta do pessoal chave da administração estão apresentados abaixo:

	2012		2011	
	201			

13. Imobilizado		
	Controladora	Consolidado
Custo		
Em 1º de Janeiro de 2012	355.930	414.117
Adições	109.307	170.676
Baixas	(8.752)	(8.882)
Em 31 de Dezembro de 2012	456.485	575.911
Depreciação		
Em 1º de Janeiro de 2012	(189.623)	(198.676)
Adições	(48.235)	(54.149)
Baixas	7.388	7.458
Em 31 de Dezembro de 2012	(230.470)	(245.367)
Valor Residual Líquido		
Em 31 de Dezembro de 2011	166.307	215.441
Em 31 de Dezembro de 2012	226.015	330.544

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Custo				
Imobilizado em Andamento	938	-	1.373	435
Terrenos	2.691	2.691	2.691	2.691
Edificações	287	287	1.050	1.050
Benfeitorias	3.584	3.584	3.692	3.692
Móveis e Utensílios	1.280	1.281	1.924	1.191
Máquinas e Equipamentos	435.711	338.022	463.299	359.468
Veículos	7.993	8.191	9.717	9.916
Hardware	1.830	1.662	1.969	1.738
Adiantamento a Fornecedores	-	212	88.026	33.936
Ativos Disponíveis para Venda	2.170	-	2.170	-
	456.484	355.930	575.911	414.117
Depreciação				
Terrenos	-	-	-	-
Edificações	(95)	(88)	(339)	(279)
Benfeitorias	(763)	(659)	(757)	(695)
Móveis e Utensílios	(898)	(771)	(1.429)	(1.162)
Máquinas e Equipamentos	(222.402)	(184.751)	(235.135)	(192.461)
Veículos	(3.989)	(2.654)	(5.216)	(3.283)
Hardware	(978)	(700)	(1.147)	(796)
Ativos Disponíveis para Venda	(1.344)	-	(1.344)	-
	(230.469)	(189.623)	(245.367)	(198.676)
Valor Residual Líquido	226.015	166.307	330.544	215.441

14. Intangível		
	Controladora	Consolidado
Custo		
Em 1º de Janeiro de 2012	3.727	3.766
Adições	790	896
Baixas	-	-
Em 31 de Dezembro de 2012	4.517	4.662
Amortização		
Em 1º de Janeiro de 2012	(2.663)	(2.680)
Adições	(1.715)	(1.745)
Baixas	-	-
Em 31 de Dezembro de 2012	(4.378)	(4.425)
Valor Residual Líquido		
Em 31 de Dezembro de 2011	1.064	1.086
Em 31 de Dezembro de 2012	139	237

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Softwares	4.517	3.727	4.663	3.766
Depreciação	(4.378)	(2.663)	(4.426)	(2.680)
Valor Residual Líquido	139	1.064	237	1.086

15. Empréstimos e financiamentos					
	Taxa Média da Operação	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011
Conta Garantida	CDI + 0,25% am	-	17.130	-	17.130
Capital de Giro	CDI + 0,20% am	56.138	68.964	61.138	68.964
Finame	TJLP + 4,75% aa	36.054	33.432	36.054	33.432
Leasing	Libor + 4,25% aa	90.329	48.777	90.329	48.777
Emp. Internacionais	-	-	-	-	27.342
		182.521	168.303	187.521	195.645
Circulante		72.058	105.638	72.058	132.980
Não Circulante		110.463	62.665	115.463	62.665

Não existem cláusulas restritivas (*covenants*) para os contratos mencionados acima. O vencimento dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2012, classificados no passivo não circulante, é demonstrado da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
2013	-	-	-	-
2014	86.501	91.501	86.501	91.501
2015	20.705	20.705	20.705	20.705
2016	3.257	3.257	3.257	3.257
	110.463	115.463	110.463	115.463

Os financiamentos de equipamentos em Finame e as operações de Leasing são garantidos por alienação fiduciária dos equipamentos adquiridos e os empréstimos para Capital de Giro são garantidos por aval dos acionistas.

16. Fornecedores				
	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Nacionais	18.246	22.240	41.288	22.241
Internacionais	892	998	37.132	21.336
	19.138	23.238	78.420	43.577

17. Tributos a recolher				
	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
IRRF a Recolher	1.145	1.946	1.392	1.946
PIS a Recolher	289	349	347	429
COFINS a Recolher	1.330	1.470	1.598	1.846
INSS a Recolher	30	18	30	18
ISSQN a Recolher	1.811	1.721	1.811	1.721
IRPJ a Recolher	-	-	1.318	1.270
CSLL a Recolher	-	537	479	998
IOF a Recolher	75	75	75	75
VAT a Recolher	-	-	2.682	2.974
I.R.R.F.	-	-	15.192	-
IPVA	-	-	-	-
Parcelamento ICMS	1.018	1.157	1.018	1.157
Parcelamento Convencional				
PIS e COFINS	781	1.119	781	1.119
Parcelamento Lei 11.941 (Refis)	5.263	5.746	5.263	5.746
Outros	29	62	29	63
	11.771	14.200	32.015	19.362
Circulante	6.411	7.852	26.655	13.014
Não Circulante	5.360	6.348	5.360	6.348

18. Salários e encargos sociais				
	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Salários a Pagar	4.246	3.665	4.246	3.517
PLR a Pagar	2.893	4.295	3.243	4.295
INSS a Recolher	1.603	1.230	1.846	1.705
FGTS a Pagar	811	654	811	618
Provisão de Férias e Encargos	10.464	10.258	14.557	10.398
Outros	97	504	1.026	1.478
	20.114	20.606	25.729	22.011

O plano de participação dos empregados nos resultados da Companhia é composto de parcela vinculada aos resultados econômico-financeiros e pelo cumprimento das metas de desempenho.

19. Adiantamento de clientes				
	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Mineração Maracá Ind. e Com. S/A	5.774	13.244	5.774	13.244
Vale S/A	-	112	-	127
Consórcio Nova Usina	8.434	6.394	8.435	6.394
Konkola Copper Mines PLC	-	-	-	17.354
Outros	1.089	540	1.088	555
	15.297	20.290	15.297	37.674
Circulante	15.297	20.290	15.297	31.230
Não Circulante	-	-	-	6.444

20. Provisões: A Companhia, como decorrência dos riscos advindos do exercício de suas atividades regulares, é parte em processos judiciais. A Administração acompanha a evolução destes processos e, com base na opinião de seus assessores jurídicos, para todos aqueles processos, cujo desfecho desfavorável é avaliado como provável, é constituída provisão para perda, registrada no passivo não circulante. A movimentação de tais provisões da Companhia pode ser demonstrada conforme abaixo:

	Controladora e Consolidado			
	Trabalhista	Tributário	Cível	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	2.454	4.539	55	7.048
Adições	1.227	5.893	-	7.120
Reversão	(2.673)	(4.612)	(50)	(7.335)
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	1.008	5.820	5	6.833

Abaixo estão demonstrados os depósitos judiciais classificados no grupo do ativo não circulante:

	Controladora / Consolidado	
	2012	2011
Trabalhista	1.297	1.679
Tributário	1.438	1.542
	2.735	3.221

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possui contingências passivas envolvendo questões cíveis, tributárias e trabalhistas em andamento, cujas expectativas de êxito são consideradas possíveis, as quais totalizam aproximadamente R\$15.816 (R\$15.188 em 2011). A Administração, baseada em opiniões de seus consultores jurídicos externos, por não considerar provável a perda no desfecho destas contingências, não constituiu provisão.

21. Patrimônio Líquido: a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2012, o capital social da Companhia era composto por 6.100 lotes de mil ações ordinárias emitidas e pagas com valor nominal de R\$ 10,00 cada. **b) Reserva de capital:** A reserva de capital poderá ser utilizada, conforme previsão legal, para: i) absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros; ii) resgate, reembolso ou compra de ações; iii) resgate de partes beneficiárias; iv) incorporação ao capital social; ou v) pagamento de dividendos a ações preferências, quando essa vantagem lhes for assegurada. **c) Reserva de lucros:** • Reserva legal: A legislação societária brasileira exige que as sociedades anônimas apropriem 5% do lucro líquido anual para reserva de lucros, antes dos lucros serem distribuídos, limitando essa reserva a até 20% do valor total do capital. • Reserva de lucros retidos: Refere-se aos resultados que serão destinados na próxima Assembleia Geral. **d) Dividendos:** O Estatuto Social determina a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 25% do Lucro Líquido após a apropriação da Reserva Legal. **22. Receita líquida de serviços:**

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Receita de Serviços	465.731	415.808	767.402	608.434
(-) Descontos Incondicionais	(19)	(60)	(19)	(60)
(-) PIS	(3.909)	(3.067)	(4.145)	(3.417)
(-) COFINS	(18.025)	(14.149)	(19.126)	(15.053)
(-) ISSQN	(17.544)	(17.100)	(17.544)	(17.100)
	426.234	381.432	726.568	572.804

23. Custos dos serviços prestados:				
	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Salários e Encargos	147.414	109.905	184.051	127.145
Depreciação e Amortização	43.821	44.764	49.711	48.193
Peças de Reposição	44.257	63.693	90.787	99.524
Material de Uso e Consumo	13.616	11.502	15.888	15.144
Combustível e Lubrificantes	18.357	14.781	82.419	59.801
Serviços de Manutenção	21.873	20.738	39.586	31.538
Frete	10.354	8.853	16.588	16.284
Locação de Equipamentos	23.389	19.960	43.149	27.804
Pneus	19.665	13.601	23.843	16.317
Subempreiteiros	1.336	4.436	2.489	5.592
Material Rodante	2.921	3.845	6.632	5.693
Serviços Prestados Pessoa Jurídica	5.717	4.138	7.975	6.256
Comunicação	1.222	1.045	1.738	1.324
Alugueis de Imov. E Condomínios	2.410	1.349	2.532	1.428
Ferramentas	1.062	1.100	1.175	1.534
Mobilização e Desmobilização de Obra	768	1.661	1.169	2.261
Despesa de Viagem e Hospedagem	840	541	2.308	1.399
Explosivos	-	-	2.286	4.479
Outros	2.753	2.051	4.855	2.937
	361.775	327.963	579.181	474.653

24. Despesas administrativas e gerais:				
	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Salários e Encargos	21.250	18.747	21.284	18.781
Serviços Prestados por Terceiros	7.173	5.339	7.174	5.390
Depreciação e Amortização	2.808	2.171	2.876	2.190
Despesa de Viagem e Hospedagem	1.876	2.005	1.877	2.009
Locação de Equipamentos	291	557	291	557
Donativos e Contribuições	513	1.679	663	1.683
Peças de Reposição	156	371	156	371
Contingências	-	1.789	-	1.789
Legais e Judiciais	999	30	999	30
Alugueis de Imov. E Condomínios	340	477	340	477
Comunicação	544	419	544	419
Juros s/ Parcelamento	830	-	830	-
Outros	1.800	814	1.974	893
	38.580	34.398	39.008	34.589

25. Despesas Tributárias				
	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
IOF s/ Mutuo entre Empresas	925	846	925	846
Baixa de Créditos Não Cumulativos - PIS	2.305	-	2.305	-
Baixa de Créditos Não Cumulativos - COFINS	10.619	-	10.619	-
IRRF	-	-	15.425	-
Outros	66	363	1.374	363
	13.			